

## RECENSÃO CRÍTICA À OBRA *D. FREI ALEXANDRE DE GOUVEIA, BISPO DE PEQUIM*

---

A. M. Martins do Vale \*

António Graça de ABREU, *D. Frei Alexandre de Gouveia, Bispo de Pequim (1751-1808). Contribuição para o Estudo das Relações entre Portugal e a China*, Lisboa: CEPCEP, Universidade Católica Portuguesa, 2004.

Tendo acompanhado, ainda que nem sempre de perto, algumas das vicissitudes por que passou este trabalho até chegar à sua publicação, estive tentado a aproveitar esta ocasião para partilhar com todos os presentes algumas das reflexões que foram surgindo ao longo do processo que transformou este estudo em provas de mestrado e, posteriormente, em livro.

Acabei por abandonar a ideia, porque, por um lado, não estou certo de que estas minhas cogitações tivessem, realmente, algum interesse e, por outro, não me senti no direito de defraudar as expectativas daqueles que aqui viriam para ouvir falar da obra e do seu autor. Em qualquer das hipóteses, é indubitável que não seriam estas minhas especulações que viriam desmentir o poeta chileno, Gonzálo Rojas, que, ao receber o Prémio Cervantes com que foi distinguido em 2003, começou a sua prelecção dizendo: «discursos vienen, discursos van y no dicen gran cosa». Mantenhamo-nos, pois, fiéis ao ritual da apresentação de um livro, circunscrevendo-nos ao autor e à sua obra, com a certeza de que este será mais um discurso em que o orador não dirá 'gran cosa'.

E entrando no tema que aqui nos trouxe, permitam-me que a primeira palavra seja de agradecimento ao Dr. Graça de Abreu por ter elaborado este trabalho e ao Centro de Estudos dos Povos de Cultura e Expressão Portuguesa da Universidade Católica, nas pessoas do Sr. Eng. Roberto Carneiro e do Sr. Prof. Artur Teodoro de Matos, e ainda à Fundação Jorge Álvares por se terem disponibilizado a publicar este livro, trazendo ao nosso convívio esta pequena

---

\* Investigador do Centro de Estudos Africanos e Asiáticos do Instituto de Investigação Científica Tropical.

parcela da extensa história da presença dos Portugueses na China. Se outro motivo não houvesse, este seria suficiente para nos congratularmos, porque não deixa de ser verdadeiramente assombroso que tendo os nossos marinheiros e descobridores tido a ousadia de construir uma Pátria que deixaram em pedaços pelo Mundo repartida, tivessem tido os seus vindouros a displicência de deixar que muitos desses pedaços ficassem enterrados e no tempo esquecidos. Outros povos, com uma história ultramarina assaz modesta, conservam dela uma memória bastante mais viva e actuante do que a que nós guardamos da nossa gesta expansionista.

Parabéns, pois, Dr. Graça de Abreu, por se ter dado ao trabalho de remexer na arca do nosso desleixo colectivo para tirar da «poeira acumulada por quase dois séculos», os fragmentos com que reconstruiu a imagem de D. Alexandre de Gouveia que hoje traz ao nosso conhecimento. Praticamente esquecido da historiografia portuguesa, até dos seus retratos, recentemente identificados e recuperados pela acção do Dr. Graça de Abreu, se tinha perdido o rasto. Deste ilustre franciscano, conservava-se apenas a lembrança do seu nome porque constava nas listas dos prelados ultramarinos. A sua sagração episcopal chegou a ser posta em causa, como se fosse possível que D. Alexandre pudesse ter passado vinte e três anos a exercer, em Pequim, o múnus de bispo sem sequer ter sido consagrado. A questão conduz-nos, mais uma vez, à nossa incúria, porque, por detrás desta dúvida, estava, e porventura ainda continua a estar, a arraigada ideia de que os Portugueses eram capazes de cometer as maiores tropelias para manterem o seu direito de Padroado na China.

A estas posições responde-se com a investigação e a divulgação de trabalhos como este que hoje se apresenta e não com a pomposa exibição de títulos de especialistas disto, daquilo e daqueloutro, não raramente de pouca coisa e, algumas vezes, de coisa nenhuma. Na verdade, que conhecimento teria da acção deste prelado pequinense uma das reputadas autoridades – e aqui sem ironia – em estudos orientais, que um dia, já com alguma animosidade, me garantia, com toda a convicção, que tudo o que havia para fazer, no âmbito das relações entre Portugal e a China até aos finais do século XVIII, já tinha sido feito por ele e pelo seu colega de trabalho? Não quero ser injusto, mas, os seus escritos, permitem-me duvidar que tivessem lido, com olhos de ler, o que o lazarista francês, A. Thomas, escreveu sobre D. Alexandre de Gouveia, no início do século XX. Este tipo de formiga branca é bastante mais pernicioso na sua acção demolidora que o insecto do mesmo nome a que se deve a destruição de inúmeros documentos.

Prometi não trazer para aqui as minhas divagações, e, por isso mesmo, aqui me detenho, regressando a D. Alexandre de Gouveia que nasceu em meados do século XVIII, em Évora, onde passou a sua infância da qual, como acontece na generalidade dos casos, pouco se sabe. Nascido numa família de escassos recursos teve a sorte de encontrar um religioso que cuidou da sua instrução e o encaminhou para Coimbra onde viria a ingressar num dos ramos da Ordem de São Francisco.

Seria interessante averiguar se a sua adesão à espiritualidade franciscana resultou das suas inquietações religiosas ou se foi uma das vias, porventura a mais fácil, de prosseguir uma carreira que lhe permitiria superar a pobreza familiar. A nossa curiosidade esbarra com a falta de documentos, comprovada aliás pelo testemunho do Dr. Graça de Abreu que bem gostaria de entrar nesses meandros da intimidade do 'seu' bispo, mas ele resguardou-se, deixando-nos sem o seu testemunho sobre esta matéria.

Qualquer que tenha sido a sua motivação, Alexandre de Gouveia abraçou o estado religioso e foi dentro desta opção de vida que passou o resto dos seus dias. Não pretendemos pôr em causa as suas convicções, mas os dados apresentados nesta obra permitem-nos vislumbrar em Alexandre de Gouveia uma certa apetência pela vida académica menos condicionada pelas limitações da vida conventual. Pelo menos, é isso que se depreende da sua dedicação ao estudo da Matemática e da Astronomia que encarou como um meio de mais facilmente aceder à carreira docente no Colégio dos Nobres ou na Universidade de Coimbra.

Subitamente, as circunstâncias, previstas, para uns, pela onisciência divina ou, para outros, por mera obra do acaso, traçaram-lhe um destino diferente, propondo-lhe a administração da sé episcopal de Pequim. Nada indica que D. Alexandre de Gouveia tivesse sonhado em ser missionário e talvez, por isso, seja realmente plausível admitir, como faz o Dr. Graça de Abreu, que o recém-licenciado em Matemática tivesse aceite esta nomeação sem estar bem ciente das consequências que adviriam desta sua anuência. Muito provavelmente, o bispo eleito terá, efectivamente, encarado a indigitação para a sé de Pequim como a porta que o conduziria a uma carreira que haveria de terminar brilhantemente em Portugal.

Talvez assim tenha acontecido, mas, não tendo o bispo confessado as suas motivações, fica aberto o caminho, para, mais uma vez, especularmos e colocarmos a hipótese de D. Alexandre de Gouveia ter sido alertado pelo seu protector e amigo, D. Frei Manuel do Cenáculo, para a possibilidade de passar o resto dos seus dias na capital chinesa. Na verdade, o conhecimento que o bispo de Beja tinha sobre a China era realmente impressionante, sobretudo para alguém que nunca tinha estado directamente envolvido nestas questões. Não há dúvida de que a percepção da realidade chinesa na Europa era, em muitos aspectos, imperfeita e, em muitos outros, completamente falsa, e o Dr. Graça de Abreu apresenta suficientes exemplos sobre esta questão, mas a dificuldade que se colocava aos missionários que eram admitidos na corte chinesa de abandonarem o serviço do imperador era sobejamente conhecida e muito mais o seria do bispo D. Alexandre de Guimarães que tinha estado em Macau e mantido copiosa correspondência com os ex-jesuítas que continuavam em Pequim. Qualquer dos prelados poderá ter alertado o novo bispo de Pequim para a forte probabilidade de não voltar mais a Portugal.

A despeito das hipotéticas advertências, D. Alexandre poderia ter alicerçado as suas esperanças de regresso à Pátria no exemplo de alguns reli-

giosos que, excepcionalmente, tinham sido dispensados dos respectivos cargos na corte imperial, mas, ao mesmo tempo, não poderia ter deixado de ponderar não só o facto de a quase totalidade de os designados «padres da corte» se ter mantido em funções até à sua morte, mas também a recente memória do insucesso do Marquês de Pombal que não tinha conseguido retirar da China os jesuítas portugueses que aí trabalhavam para os encerrar nas masmorras de S. Julião da Barra.

Sem o testemunho de D. Alexandre de Gouveia, restam-nos os elementos que nos permitem equacionar as duas hipóteses, ou seja, podemos perguntar-nos se o bispo não terá aceitado a missão de Pequim com o sonho, aliás legítimo, de regressar a Portugal com uma folha de serviços que lhe permitisse terminar os seus dias com alguma notoriedade, mas podemos igualmente interrogar-nos sobre a possibilidade de D. Alexandre ter partido para a sua diocese com a convicção de que era esse o caminho que Deus lhe havia traçado. Se nos parece plausível que o prelado tivesse aceitado a sua nomeação com o íntimo desejo de construir uma carreira, não deixamos contudo de ser surpreendidos com o facto de se ter mostrado saudoso da sua Pátria e da sua família, mas de jamais ter manifestado o desejo de se afastar da diocese que lhe havia sido confiada. Mera acomodação à realidade, como sugere o Dr. Graça de Abreu, ou a convicção, natural no homem religioso, de que a Providência o havia escolhido para, em Pequim, servir a Deus e ao rei de Portugal?

Seja qual for a resposta, o certo é que nas velas da sua ambição pessoal, ou nas do serviço de Deus e do rei, ou, mais plausivelmente nas duas, D. Alexandre de Gouveia partiu de Lisboa a 6 de Abril de 1783 com a missão de pastorear a diocese de Pequim e de representar e defender os interesses da Coroa Portuguesa em Macau junto do imperador da China. Viajou na nau *Polifemo ou Santo António* que se dirigia à Índia, com escala na Baía. As instruções recebidas de Martinho de Melo e Castro ordenavam-lhe que fizesse a viagem por Goa onde haveria de receber instruções para melhor desempenhar a missão política de que ia incumbido e se detivesse em Macau para completar essas mesmas informações e estabelecer o Seminário que, sob o patrocínio de São José, deveria formar o clero necessário às dioceses do Padroado Português na China.

O bispo obedeceu e com estas delongas só conseguiu chegar a Pequim a 18 de Janeiro de 1785. Passados quase dois anos sobre a sua saída de Lisboa, encontrava-se com o rebanho que lhe havia sido entregue. A diocese vivia um dos momentos mais críticos da sua história. O novo prelado teria de saber conciliar os interesses dos missionários portugueses com os dos franceses e os destes com os eclesiásticos que dependiam directamente da cúria romana. Numa mesma diocese, havia três missões que mantinham separadamente as suas igrejas e os seus seminários e se todos obedeciam ao Papa, não era menos verdade que portugueses e franceses punham em primeiro lugar os interesses dos respectivos soberanos. A Igreja de Cristo, que deveria ser o ponto de

encontro de todas as culturas e de todos os homens, apresentava-se profundamente dividida e marcada pelas ambições políticas e pelas fidelidades vassálicas dos evangelizadores.

A intriga, a maledicência, a murmuração e a delação faziam parte do quotidiano destes homens que tinham deixado tudo para serem os portadores de uma doutrina que se define a si própria como a do amor ao próximo. Os missionários revelavam em Pequim que não tinham deixado de ser filhos de uma Europa que impunha a fidelidade do súbdito ao seu soberano e que vivia submergida por uma acerada rivalidade política. Alargar o campo missionário, aumentar o número de baptizados, construir igrejas e obras de assistência era trabalhar para o Reino de Deus, mas também para o engrandecimento do soberano que enviava e sustentava os seus missionários. A propagação da fé estava, portanto, intimamente ligada aos interesses das monarquias católicas, ainda que na historiografia europeia se apresente este pecado como sendo, quase exclusivamente, português.

Tudo isto se encontrava exemplarmente presente em Pequim e D. Alexandre de Gouveia aprendeu a lidar com esta realidade que era a de viver espartilhado entre a obediência ao Papa e ao Rei de Portugal. Era bispo de todos os missionários e não apenas dos portugueses, teve, por isso, que atender aos interesses de todos. Reconciliar os missionários desavindos era o seu principal objectivo e a sua maior preocupação ao chegar a Pequim. A todos ouviu e sabia que a sua decisão era, ansiosamente, esperada por todos, mas remeteu-se ao silêncio sem fazer a menor confidência sobre o que pensava fazer e eis que, no dia em que entrava oficialmente na sé pequinense, quando todo o clero se encontrava paramentado e preparado para entrar na catedral, o bispo mandou parar o cortejo e, em latim, comunicou a todos os missionários que ficavam absolvidos de todas as culpas relativas às dissensões que tinha havido, mas ficavam igualmente todos proibidos de, em público ou em privado, se referirem a esta matéria.

A descrição que D. Alexandre faz deste episódio é, verdadeiramente, comovente, porque se trata de um jovem bispo que, acabado de chegar a uma diocese completamente desconhecida, consegue impor a sua autoridade sobre um clero que se encontrava profundamente dividido e ansioso pela condenação pública do seu adversário. Todos esperavam que o novo prelado lhes fizesse justiça, a justiça de cada um, obviamente, mas D. Alexandre frustrou todas as expectativas e colocou-os a todos na mesma situação de igualdade. Todos tinham prevaricado e, por isso, todos eram igualmente culpados. D. Alexandre estava consciente de que nem todos aceitariam o seu julgamento, mas, passado algum tempo, manifestava-se feliz por verificar que a sua imposição de se fazer silêncio sobre esta matéria estava a ser respeitada.

A imparcialidade que norteou a sua acção episcopal motivou algumas críticas, mas, neste livro, fica bem demonstrado que D. Alexandre nunca esqueceu a sua condição de súbdito do rei de Portugal e, por isso mesmo, se preo-

cupou tão intensamente com o aumento dos missionários portugueses em Pequim. Martinho de Melo e Castro prometera-lhe encontrar eclesiásticos que depois enviaria para a capital da China. Ao que tudo indica, o Secretário de Estado do Ultramar não descurou este compromisso, mas, em 1787, em carta ao arcebispo de Goa, reconhecia que os bispos das dioceses do padroado teriam de encontrar clero nas suas próprias cristandades. Em Portugal, confessava o mesmo governante, nem para bispos das dioceses ultramarinas havia candidatos, quanto mais para simples missionários, ou melhor, alguns se ofereciam para ocupar as sés ultramarinas, mas a esses faltavam-lhes as qualidades e os que preenchiam os requisitos não se mostravam disponíveis para assumir essas tarefas. Um exemplo deste espírito encontramos-lo neste livro na pessoa do capuchinho Frei António da Anunciação, cujas cartas demonstram que estava longe de reunir as condições que lhe permitissem dirigir com eficácia a sé de Nanquim como ardentemente desejou.

A Europa transformava-se aceleradamente com a divulgação dos ideais iluministas e as conturbadas transformações da Revolução Francesa. Longe iam os tempos em que o superior geral da Companhia de Jesus, perante o elevado número de confrades que solicitavam o seu envio para as missões, se via obrigado a contrariá-los respondendo-lhes: as vossas Índias estão aqui, na Europa. Nos finais do século XVIII, os superiores gerais debatiam-se com a escassez de religiosos, mas também com a falta de motivação missionária por parte daqueles que ainda restavam. Para as missões, continuaram obviamente a partir homens animados pelo zelo apostólico, mas encontram-se frequentes censuras aos superiores que aproveitavam as missões para se desfazerem dos religiosos de relacionamento mais difícil, dos mais insubmissos, dos menos piedosos e, por conseguinte, dos menos indicados para o trabalho missionário.

D. Alexandre de Gouveia não se lamentava dos missionários que, muito lentamente, iam chegando a Pequim, mas vivia a angústia de não ter clero para garantir a continuidade da missão portuguesa. Dedicou-se empenhadamente a esta questão até conseguir que, à imagem do que acontecera com os franceses, também a missão portuguesa de Pequim fosse entregue aos Padres de São Vicente de Paulo ou da Congregação da Missão.

De tudo isto e de muitos outros temas nos fala pormenorizadamente o Dr. Graça de Abreu neste livro em que se destaca a ação do bispo de Pequim, repartido entre as suas obrigações episcopais e as de astrónomo ao serviço do imperador da China, mas também as de súbdito do rei de Portugal que se manifesta claramente durante a embaixada inglesa que, chefiada por Lorde Macartney, chegou a Pequim em 1793, e na preocupação pelo destino da missão da Coreia como parte integrante do Padroado de Portugal no Oriente. Activo e empenhado na resolução dos problemas levantados pelas perseguições aos cristãos em 1784 e em 1805, o seu papel, nestas perturbantes conjunturas, tem sido notoriamente secundarizado na historiografia europeia.

O Autor deste livro não se poupou a esforços para localizar a documentação que necessitava para reconstruir o percurso do biografado, mas a infor-

mação recolhida não o deixou completamente satisfeito, lamentando-se por não ter podido apreender os pensamentos mais pessoais e íntimos do 'seu' bispo, como gosta de se referir a D. Alexandre de Gouveia. Compreendemos perfeitamente essa angústia, mas aqueles que «pairam acima do comum dos mortais/ no conhecimento das coisas da China» poderão aproveitar o ensejo para, mais uma vez, se colocarem em bicos de pés e, presunçosamente, apoucarem o seu trabalho<sup>1</sup>.

Admito esta possibilidade, mas não excluo a hipótese de o livro passar despercebido, porque estamos num país em que a crítica, em vez de ser um instrumento que deveria contribuir para o aperfeiçoamento e a melhoria do trabalho de todos e de cada um, tem sido encarada, quando elogiosa, como uma deferência, uma troca de favores ou, pior ainda, como mero exercício de bajulice e, quando menos favorável, como fruto da inveja, do despeito, da vingança ou, mais grave ainda, como um reprovável gosto pela maledicência. Nestas circunstâncias, não será de estranhar que as verdadeiras críticas venham a ser feitas, sem nunca chegarem a ser publicadas.

Apesar destas minhas reservas, ficaria felicíssimo se, num futuro próximo, os factos viessem demonstrar que estava redondamente enganado, porque isso significaria que o livro tinha despertado o interesse dos críticos. Oxalá que assim seja e que as recensões sejam muitas, porque esse seria um óptimo sinal para a obra e para o seu Autor e não deixariam de ser o melhor dos estímulos para continuar a trabalhar e a trazer até nós outros estudos como o que nos tem prometido sobre D. João da França de Castro Moura, mas também outros do tipo da *Sínica Lusitana* e no campo da poesia com que nos tem brindado.

E, por fim, não resisto a deixar-lhe um repto. Tendo nós portugueses desperdiçado, em 2001, as comemorações sobre Matteo Ricci e estando já, irremediavelmente, perdidas as de São Francisco Xavier, não seria razoável começar a pensar em aproveitar o bicentenário da morte de D. Alexandre de Gouveia para, em 2008, realizar um evento dedicado à missão portuguesa na China, após a extinção da Companhia de Jesus?

Tenho consciência de que não é um projecto de fácil realização e mais ainda, neste tempo, em que as restrições financeiras obrigam os responsáveis a redefinir as suas políticas, tornando-se óbvio que, nesta reformulação, a história da presença dos portugueses na China não faz parte da lista das prioridades dos nossos governantes. As dificuldades poderão, por conseguinte, ser várias, mas o Dr. Graça de Abreu possui a persistência e a ousadia suficientes para concitar o ânimo das diversas instituições interessadas nos estudos orientais e levar a bom porto esta iniciativa.

---

<sup>1</sup> «Ignorantes, ambiciosos e impostores», poema de Antóniio Graça de Abreu, *China de seda*, Lisboa, Universitaria Poesia, 2001, p. 62.

Esta seria mais uma forma de reforçar a ideia de que é imperioso continuar a redescobrir e a trazer ao nosso convívio as memórias que, ao longo dos séculos, se foram perdendo e de manter viva a convicção de que enquanto estes pedaços da nossa História se mantiverem enterrados e no tempo esquecidos, Portugal não estará cumprido.